



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Reunião	Nº: 0004/13	DATA: 05/02/2013
INÍCIO: 11h38min	TÉRMINO: 12h14min	DURAÇÃO: 00h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h36min	PÁGINAS: 13	QUARTOS: 8

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Nós vamos iniciar os nossos trabalhos dando boas-vindas e um bom-dia a todos, um feliz ano novo, já que a maioria dos que estamos aqui não nos vimos, dos Deputados, desde o ano passado. E desejo êxito na condução dos trabalhos da nossa CPI de enfrentamento do tráfico de pessoas.

Quero registrar a presença do Deputado Asdrubal Bentes, do meu Estado do Pará, meu amigo; do Deputado Severino Ninho, do PSB de Pernambuco; e do Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba, Vice-Presidente, o qual eu convido para fazer parte aqui da nossa Mesa, na condição de Vice-Presidente eleito no final do ano passado, num escrutínio difícil (*riso*), não pela concorrência do cargo, mas pela dificuldade de *quorum*. (*Pausa.*)

Havendo número regimental — já alcançamos o nosso *quorum* esperado —, declaro aberta a 36ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, causas, consequências e responsáveis, no período de 2003 a 2011, compreendendo a vigência da Convenção de Palermo.

Informo aos Srs. Parlamentares que foram distribuídas as cópias das atas da 32ª, 33ª e 35ª sessão. Sendo assim, indago se há necessidade de se fazerem as suas leituras.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Solicitada a dispensa da leitura das atas pelo Deputado Asdrubal Bentes, as atas estão em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, as atas estão em votação.

Aqueles Deputados e Deputadas que concordam com as atas mantenham-se como estão. (*Pausa.*)

Estão aprovadas as atas das 32ª, 33ª e 35ª sessões.

Comunicação de ofício do Ministro Raimundo Carreiro, Presidente em exercício do Tribunal de Contas da União, em resposta à solicitação desta Comissão, designando o Auditor Federal de Controle Externo, Sr. Wilson Dias Malnati para prestar assessoramento à CPI.



O Sr. Wilson está presente aqui. Muito nos honra. Já participou cedo da nossa reunião de trabalhos lá da Comissão e está à disposição. Eu queria que V.Exa. pudesse também transmitir os nossos agradecimentos ao Ministro Raimundo Carreiro pelo seu desprendimento para disponibilizar os serviços do Auditor Federal Dr. Wilson Dias Malnati. Muito obrigado pela sua presença.

Quero comunicar também que esta reunião destina-se à deliberação dos requerimentos constantes da pauta de definição da agenda da CPI neste reinício dos trabalhos, na 3ª Sessão Legislativa da Câmara dos Deputados.

Nós temos aqui alguns requerimentos para serem apreciados. Porém, antes, eu gostaria de... Apenas a título de informação aos Srs. e Sras. Deputados e a todos em geral, nós fizemos uma reunião há pouco, lá na sala da Comissão, e estamos trazendo, à guisa de sugestão para a CPI, evidentemente sob o critério e a aprovação dos Srs. e Sras. Deputados, algumas deliberações *a priori* tomadas, mas que deverão ser ou não referendadas aqui pelos Srs. e Sras. Deputados.

Primeiro, nós ficamos pendentes, no final do ano passado, como todos sabem, de uma agenda de viagens ao Acre, à Bahia, a São Paulo, ao Rio de Janeiro, ao Oiapoque e Suriname. Essas foram as pendências iniciais.

Depois da discussão havida, nós estamos sugerindo que a nossa ida da CPI à Bahia, que já estava pautada por conta dos episódios havidos em Monte Santo e o depoimento da Carmen Topschall, agora agravado com a prisão desse casal, que foi objeto de notícia nacional, de uma emissora de televisão, o programa *Fantástico*, que denunciou o agenciamento de mulheres em Salvador, para fins de tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual na Espanha...

Então, nós sugerimos aqui como datas de visitas a Salvador os dias 21 e 22 de fevereiro. Isso, salvo engano, é uma quinta-feira e sexta-feira. Quinta-feira e sexta-feira, evidentemente, depois do carnaval. Torcer para que, nessa data, o carnaval na Bahia já esteja concluído, o que não é uma coisa muito provável, mas que a gente possa, então, realizar as nossas atividades a contento lá, em Salvador e Monte Santo, 21 e 22.

A previsão no Acre é no dia 28, na semana seguinte, nessa audiência que também já estava prevista para o ano passado e não foi possível ser realizada por



problemas inclusive de transporte, passagem de quase 8 mil reais que as empresas estavam cobrando para a presença.

Então, a previsão no Acre é no dia 28. Então, a gente está colocando essa informação aos Srs. Deputados, porque, evidentemente, nós temos todo o interesse de que o maior número possível de Deputados e Deputadas esteja presente nessas oitivas. A gente sabe que, às vezes, não é possível por conta das agendas, mas, principalmente, os Deputados da Bahia, a exemplo do Deputado Nelson Pellegrino, que acaba de chegar, membro desta CPI, que já se dispôs também a acompanhar os trabalhos.

E também registrar a presença, além do Deputado Pellegrino, do Deputado Missionário José Olimpio, do PP de São Paulo, também presente aqui na nossa CPI.

A previsão da ida a São Paulo seria nos dias 7 e 8 de março. E a visita à Macapá, Pará, Amazonas, Suriname e Oiapoque depende de um sinal verde, de um aval do Ministério das Relações Exteriores, que está negociando a ida da CPI lá, porque tem problemas, implicações com o Governo surinamês, que está avaliando a proposta de a CPI ir lá desde outubro do ano passado. Final de outubro e início de novembro, que nós estamos pautando negociações com o Governo surinamês, porque nós sabemos que a principal rota na fronteira norte do Brasil e, particularmente, nós lá do Estado do Pará sabemos muito bem disso, porque o Estado do Pará é fornecedor de mulheres naquela fronteira para Guiana e Suriname.

E o Governo surinamês, supostamente, não tem interesse em manter essa situação. E nós estamos negociando através da Embaixadora Vera, que está nos ajudando nessas negociações com o Governo surinamês, para que a CPI, ainda no mês de março, possa fazer a sua agenda de visita naquele país.

Bom, alguma sugestão, Srs. Deputados, sobre essas datas? *(Pausa.)*

Não havendo, nós as consideramos aprovadas.

A segunda...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Só requeiro, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...que seja comunicado ao gabinete dos membros da Comissão a tabela,...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - A agenda.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...a agenda de viagem com as respectivas datas, para que nós possamos nos programar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeitamente. Está acolhida a sua sugestão. E nós estaremos encaminhando aos gabinetes dos Srs. Deputados e Deputadas.

Quero dizer também que nós estamos solicitando uma audiência com o Presidente da Casa, Deputado Eduardo Alves, eleito ontem por ampla maioria, para tentar, nessa audiência, que o Presidente Henrique Alves possa atender, integral ou parcialmente, os pleitos que a CPI já solicitou desde a gestão passada, do Presidente Deputado Marco Maia. É evidente que, confirmada essa audiência, nós avisaremos aos Srs. Deputados e Deputadas a data e o horário marcado.

Também estamos solicitando ao Ministro da Justiça — e aí vale um registro, com todo o respeito ao Dr. José Eduardo Cardozo, amigo pessoal, pessoa que tem se dedicado inclusive nessa questão do combate ao tráfico de pessoas —, nós estamos, desde o ano passado, desde novembro, solicitando uma audiência com o Ministro, e infelizmente, até agora, nós não tivemos um retorno positivo. Eu não queria... Alguns Deputados já sugeriram que nós pudéssemos fazer um requerimento de convocação do Ministro, mas eu acho que não há necessidade. A gente, com apoio principalmente aqui, do Deputado Nelson Pellegrino e do Deputado Luiz Couto, com certeza, nós vamos poder alcançar essa audiência.

E também ao Ministro da Defesa, por conta dessas viagens, principalmente à Bahia e ao extremo norte do País, no sentido de dispor das aeronaves da Força Aérea Brasileira, que muito tem sido prestativa nesses desafios de deslocamento dos trabalhos desta CPI.

Eram as informações.

Vamos então agora à leitura dos requerimentos.

Há dois requerimentos.

Requerimento do Deputado Paulo Freire, Requerimento nº 71, de 2013, que *"requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da agente de modelos fotográficos RAQUEL FELIPE"*.



A Sra. Raquel Felipe já esteve nesta CPI prestando informações, num depoimento extremamente, a meu juízo, controverso, contraditório com as informações que nós já tínhamos colhido. Isso, com certeza, provocou essa solicitação do Deputado Paulo Freire, de requerer a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal da Sra. Raquel, dona de uma agência de modelos responsável pelo agenciamento de modelos. Inclusive, uma das vítimas esteve também nesta CPI, a Sra. Ludmila.

Então, requerimento do Sr. Paulo Freire.

Os Deputados que queiram discutir... *(Pausa.)*

Não havendo discussão...

Os Deputados que são favoráveis...

Aprovado o Requerimento nº 71/13, do Sr. Paulo Freire.

Eu passo agora palavra ao Deputado Luiz Couto, porque há um requerimento também de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Requerimento nº 70, de 2013, do Deputado Arnaldo Jordy, que *"requer a convocação, para oitiva, dos Senhores Elisânia dos Santos Evangelista e Denilso Costa Pereira Reis, ambos presos em flagrante no Estado da Bahia, acusados de tráfico internacional de mulheres"*.

Para encaminhar a matéria, concedo a palavra ao Deputado Arnaldo Jordy, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Eu queria só, Deputado Luiz Couto, sugerir também um adendo, que até me foi sugerido pela assessoria de forma muito pertinente, porque há informações pela imprensa de que a esposa ou companheira desse que está sendo acusado como o principal agente dessa... o dono dessa boate Vênus lá na Espanha, a Sra. Renata estaria em São Paulo. Ela está desaparecida, não se apresentou. O advogado já deu uma declaração na imprensa dizendo que ela está disposta a se apresentar nos próximos dias, nas próximas horas. Então, eu acho que cabe aqui uma emenda para que a gente, além do Denilson e da Elizânia, que foram presos lá em Salvador, possa também convocar a Sra. Renata Gomes Nunes, que é companheira do dono da casa de prostituição lá em Salamanca, o Sr. Bermudez Motos, que é conhecido como Cigano, segundo as informações que a imprensa divulgou.



Então, é esse o adendo que eu queria sugerir ao requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputado, tem também o caso daquelas que estavam lá em Salamanca, a vítima e a mãe, que teve a coragem de fazer a denúncia. Acho que aí não se convoca, seria um convite à mãe, porque ela é importante, foi a primeira.

E aproveitando, por exemplo, aquela pessoa que, numa novela, se dispôs a fazer a denúncia, e ela foi como escravizada e está no País. Se pudesse também, não é? O nosso gabinete está verificado isso aqui, mas nós pensamos também em trazer a mãe e uma daquelas que foram tiradas daquela casa de festas, que era uma escravidão.

Está em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado com emenda aditiva e emenda de redação.

Devolvo a palavra ao nosso Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aprovado com os adendos sugeridos pelo requerimento verbal feito pelo Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Presidente, eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Há duas matérias que saíram na imprensa. É claro que dizem respeito à exploração sexual de meninas, mas é uma agência de modelos que tem como proprietário a empresa Reynaldo Eventos Comunitários, grupo que sedia o *site* Garota Copa Pantanal 2104.

Esse Reinaldo negou as acusações, mas são muito graves porque ele usa, inclusive, a logomarca da FIFA. São garotas de menor também e, nas imagens do *site*, a gente verifica que é uma empresa de modelos. Então, acho que nós deveríamos depois fazer uma convocação desse e das pessoas, da Delegada, do Ministério Público Estadual, que foi quem investigou.

Um outro é um dado que nós estamos investigando, inclusive com relação ao nosso Estado. É uma matéria que saiu, Sr. Presidente: "*A cada 5 dias, uma pessoa é vítima do tráfico de seres humanos no Brasil*". É uma matéria longa, que fala



principalmente de travestis que foram traficados. Inclusive, o Ministério Público do Trabalho da Paraíba tem o Dr. Eduardo Varandas, que também tem investigado.

E tem um convite também para também o Promotor de Justiça Mario Mendes, que deu origem a essa investigação. Como a gente não foi lá para Paraíba, seria a gente trazê-lo aqui para que ele pudesse...

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É, no caso Mario Mendes, já tem o convite. Agora, o do Eduardo Varandas não sei se tem. Aí seria importante porque ele tem mais dados, inclusive, aqueles dados que nós colocamos também para a Polícia Federal, sobre aquela coisa lá de Roma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso.

Eu queria só fazer um observação, Deputado Luiz Couto. Esse caso, a exemplo do caso da promotora de Pernambuco, a procuradora que denunciou que teria abortado uma operação que levaria 38 mulheres de Pernambuco ou de outros Estados ali vizinhos, estarem agenciando, e por sugestão e entendimento com o Deputado Severino, talvez fosse pela gravidade e urgência também do problema, a gente ouvi-la já em Salvador.

Acho que fica melhor para ela, fica mais fácil para a CPI. E, da mesma forma, esse caso da Paraíba, fica aqui a sugestão de que a gente possa também, nessa agenda de Salvador, que são 2 dias, a gente possa aproveitar e também ouvir esse caso da Paraíba, igualmente grave, como V.Exa. já falou e relatou aqui nesta CPI.

E com relação a esse caso do *site*, esse *site* inclusive saiu do ar, porque eu tive informações. Comentando, a Deputada Carmen Zanotto, que esteve cedo, aqui na CPI, fez um requerimento de pedido de informação inclusive ao Ministério do Turismo, porque esse evento estava sendo inclusive patrocinado pelo Ministério do Turismo, esse Garota Pantanal, onde as jovens eram assediadas para efeito de exploração sexual.

E depois desse pedido de informação da Deputada Carmen, o *site* sumiu. Quer dizer, é uma coisa incrível como esses *sites* entram oficialmente, com propaganda, agenciam — como foi o caso das duas modelos aqui, esses *scouters*, como chamam—, e não têm personalidade jurídica. Essas agências não têm



absolutamente nada, é tudo na mais absoluta informalidade, na mais absoluta clandestinidade. E eles entram, saem, voltam.

Então, eu queria, só reforçando a ideia de V.Exa., que era importante esta CPI também pautar esse caso da Garota Copa Pantanal 2014, porque, além de usar o distintivo da CBF e da FIFA, recebe verbas oficiais, ou recebia, pelo menos. até a denúncia vir à tona. Então, apenas para lhe dar essa informação de que esse *site* já foi retirado do ar.

Algum outro Deputado...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Será que não mudou de nome esse *site*?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pode ser. Claro, claro.

Bom, não havendo nenhuma outra sugestão, está acolhida a sugestão do Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu tenho. O Deputado Varanda, o Promotor do Trabalho, foi feito algum requerimento? Não sei se tem aprovação ou não. Eduardo Varanda, da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Acho que não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, vamos fazer esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Teria que fazer o requerimento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A informação é que o *site* saiu, mas o *blog* continua com as fotos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O *blog* continua, né? Está vendo? O Deputado Asdrubal acertou na mosca. Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nesse sentido, mesmo que tenham retirado as fotos, mas é uma empresa de modelos. E aí nós temos que investigar. Se fazem isso, podem... Ali é muito próximo do Paraguai.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Aí teria que fazer logo o requerimento para que a gente aprovasse a convocação aqui na CPI. Está certo?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu já pedi também.

Inclusive, uma matéria que saiu na *ISTOÉ* fala dos Estados onde existem os locais de engorda, onde as pessoas são preparadas antes de irem para o exterior. E



a Bahia constava como um Estado onde havia esses espaços que eles chamam de engorda: ajeitar as pessoas fisicamente, modelos e tudo o mais, para, quando chegarem à Europa, serem bem recebidas e depois exploradas.

Então, nesse sentido, era importante até a gente verificar essa matéria da *ISTOÉ*, que falava também que o Ministério Público teria essas informações e que a Polícia Federal também tinha essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

Esse problema da Bahia é sério, Excelência.

(Intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.)

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Presidente, só para informe, hoje a Presidente Dilma publicou um decreto criando a comissão tripartite para enfrentamento do tráfico de pessoas.

Acho importante o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento. Com certeza, a organização do sistema de atendimento vai melhorar.

Também queria... Estivemos conversando com os consultores, o pessoal que está apoiando a CPI, e acreditamos, Presidente, que é importante conseguirmos aquele contrato da agência da Raquel Management. O contrato que ela dizia que ia mandar para nós, que tinha esse contrato, ele não chegou ainda. Nós precisamos cobrar de forma mais coercitiva, para que nós possamos avançar nesse caso dessas agências.

Nós estivemos investigando e ouvimos as modelos, o pai das modelos, ouvimos a Raquel, e precisávamos desse contrato justamente para perceber a ligação dessa agência com a agência mãe, as formas de contratação, para que nós possamos dar andamento e avançar um pouco mais no relatório desse caso. Com certeza ele é um, mas ele pode ser o modelo de vários que acontecem hoje no nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem.

Eu queria só, a partir da colocação da Deputada Flávia, pedir à nossa assessoria que possa ratificar esse pedido. Ela se comprometeu aqui a mandar e, até agora, não foi enviada a cópia do contrato.

A Monique deixou aqui, na época, com o Peniche, aquele... Mas a Raquel não deixou, e era bom a gente saber. Até porque esses contratos não têm validade



nenhuma. Não têm personalidade jurídica essas entidades; e é um contrato de faz de conta. Mas era importante que a gente pudesse constatar isso, porque não deve ser um caso isolado, a maioria desses contratos deve realmente ser de fachada, contratos de fachada apenas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Além da informação que nós tivemos de que, normalmente, essas modelos que vão também são exploradas sexualmente, mas não têm a coragem de dizer isso, primeiro, por causa da família, ou seja, reconhecer e dizer isso publicamente fica ruim.

Mas a informação que nós temos é de que essas que são escravizadas... E algumas coisas nos depoimentos não são explícitas, mas, por exemplo, o fato de entrar no quarto, de bolinar, isso mostra que, de fato, ali... Agora, afirmar isso diante da sociedade é difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Qual foi o limite dessa relação?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Até a localização da hospedagem delas, Deputado, o local.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu queria só, antes de o Deputado Nelson e o Deputado Ninho levantarem, em função da informação aqui da Deputada Flávia, da nomeação da comissão tripartite que a Presidenta Dilma e... Acho que vale até um registro parabenizando a Presidente por conta disso.

Mas era preciso também a gente renovar um apelo à Presidenta Dilma: que finalmente possa promulgar o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que já está, há um 1 ano e 4 meses, para promulgação presidencial. Um plano que foi discutido; foi um debate fértil envolvendo a sociedade civil, as instituições; pactuado; os excessos tirados. Quer dizer, há um certo consenso nacional em torno disso.

E esse plano é absolutamente fundamental porque nele constam as diretrizes para serem observadas. E, estranhamente, eu pelo menos fico sem saber a razão, se há algum óbice para ser superado. Realmente, acho que avançaríamos muito se a Presidente... Então, eu estou sugerindo que a gente possa renovar esse apelo ainda à Presidente, no sentido de que ela possa agilizar essa promulgação do II



Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que, repito, já está há 1 ano e 4 meses paralisado.

Pois não, Deputado Nelson.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu acho bastante conveniente essa fala de V.Exa. Não sei se V.Exa. sabe, e esta Comissão, que o primeiro projeto que tramitou nesta Casa criando um sistema de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas é da minha autoria. Foi, inclusive, feito a quatro mãos. É importante fazer esse registro e essa justiça. Eu fiz isso com os movimentos sociais, na época em que era Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

Esse projeto até subsidiou não só a política — Arnaldo inclusive participou disso — como também a primeira edição do plano, o primeiro plano.

Eu acho que nós precisamos avançar mais inclusive com o Governo. Eu já tinha conversado isso várias vezes com o Ministro José Eduardo Martins Cardozo, mas com os anteriores também.

O Governo precisa mandar para esta Casa um projeto de lei para complementar o nosso, porque o meu projeto tem uma parte que é inconstitucional, porque ele cria estrutura no Estado. Nós fizemos isso para provocar a discussão, mas, se a gente quiser realmente criar um sistema nacional que envolva a sociedade civil, que envolva o Legislativo, que envolva o Ministério Público, que envolva o Executivo, é preciso que isso seja feito através de lei e por iniciativa do Poder Executivo.

Então, eu penso que, ao final destes trabalhos, nós precisamos, não só com essa sugestão que V.Exa. faz ao Poder Executivo, para que a segunda edição da política seja editada, mas também para que a gente possa dialogar, para que o Executivo encaminhe para esta Casa o projeto, para que a gente concluir essa etapa normativa.

Inclusive, meu projeto vem clarear alguns tipos penais que estão em aberto, outras modalidades novas de crime que precisam ser tipificadas, para que a gente possa ter maior agilidade na repressão.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Sr. Presidente, na esteira do que falou o Deputado Pellegrino, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não, Deputado.



O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - ...eu creio que, no encerramento dos trabalhos, esta Comissão sempre apresenta as ações que deveriam ser tomadas.

E já deveríamos, inclusive nesse caso, Pellegrino, apresentar um anteprojeto de lei para que o Executivo analisasse e propusesse, porque é de sua competência. Mas a iniciativa partiria desta Casa e desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - É uma das coisas que já está sendo tratada nas CPIs. Há uma comissão de trabalho, um grupo de trabalho já constituído, que está formulando uma proposta de legislação mais contemporânea e tal.

Há alguns aspectos que fogem à nossa competência, quando isso cria estrutura — é ao que o Deputado Nelson fez referência. Aí nós precisávamos dialogar mais com o Governo Federal, principalmente através do Ministério da Justiça. Por isso — viu, Manoel?— ratificar essa urgência da audiência com o Ministro José Eduardo Cardozo, para que a gente possa, através dele... Eu acho que é o principal locutor institucional nessa matéria, até porque sobre ele está a responsabilidade da ação da Polícia Federal, desse plano nacional...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se V.Exa. me permite, há uma coordenação no Ministério que trata só sobre essa questão do programa federal de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Isso.

E nós estamos já quase roucos por pedir essa audiência e sem sermos ouvidos. Mas eu creio que isso faz parte já de 2012, do passado. Em 2013, acho que, em breve, nós teremos essa audiência, para pautar essas ações que foram aqui sugeridas pelo Deputado Nelson e pelo Deputado Asdrubal.

Acho que não há mais nada na pauta. Apenas queria registrar a presença do Deputado Nelson Marchezan e do Deputado Mendonça Prado, presentes também na CPI.

Na nossa pauta, não havendo mais nada a tratar, não sei se algum dos Deputados ou a Deputada Flávia têm mais alguma questão. *(Pausa.)*

A nossa reunião, então, fica marcada para...

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Só uma sugestão, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ASDRUBAL BENTES - Essa reunião com o Ministro da Justiça, que é nosso amigo, nosso companheiro da Casa, tem realmente demorado para ser marcada.

Acho que nós deveríamos estabelecer um prazo para que houvesse esse agendamento, caso contrário, nós partiríamos para aquilo o que nos compete, ou o convite ou a convocação. Aí, certamente ele compareceria aqui ou negociaria para que nós fôssemos recebidos lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Perfeitamente. Estou plenamente de acordo com V.Exa. Vamos aguardar o término da quadra momesca. Pode ser que isso nos dê um alento a mais para ter essa audiência sem a necessidade de convocar o Ministro a esta CPI. Está certo?

Agradecendo a presença de todos, damos por encerrada a reunião.